

MARINGÁ 10 de 09 DE 2001.

ENCONTRO DO LABORATÓRIO DE METODOLOGIA DA PESQUISA MARINGÁ - UEM. PR.

CIÊNCIA, ARTE E POLÍTICA ESTUDANTIL

Prof. Silvano Santin
Santa Maria, 03 de junho de 2001.

1. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Inicialmente quero dizer, não em nome da ciência, da razão ou da academia, mas de todo coração que fiquei entusiasmado com o tema proposto. Sem dúvida, no momento atual, é um grande sopro de alento no meio de tanta apatia, acomodação e conformismo. Gostaria poder contribuir com um pouco de energia, muita vontade e infinita esperança para aumentar, fortalecer e expandir essa iniciativa.

Em segundo lugar, talvez, infelizmente preciso dizer-lhes que estou aqui, não na qualidade de alguém que trouxe uma resposta ou uma solução, mas de alguém, que há bastante tempo, questiona intensamente os caminhos pouco claros da política universitária, seja ela docente, seja ela discente, pois a governamental, no meu entender, parece claro, é desastrosa e perversa em todos os sentidos.

Diante disso, e em terceiro lugar, peço licença para fazer um breve histórico. Vou lembrar dois fatos que me marcaram profundamente. O primeiro, em 1968, por ocasião do AI 5 eu estava no Rio, onde fora tentar um mestrado em Cultura Brasileira. - Era o período da valorização da cultura nacional. Criaram-se disciplinas que estudavam o Brasil. Havia uma literatura que enfocava o pensamento brasileiro, a literatura brasileira, a arte brasileira, o povo brasileiro, isto desde a década de sessenta. O teatro universitário. A política estudantil. A força da UNE. Devo dizer que, para mim, oriundo do meio rural, vivendo numa pequena cidade do interior, os fatos não tinham a dimensão que hoje percebo. Caminhei na passeata dos cem mil, não posso dizer que participei, exatamente por ter a noção dos que estava ocorrendo. Somente depois, em 1971, já no exterior, comecei sentir o significado do que ocorria no meu País.

É exatamente este o segundo fato marcante. Chegado em Paris, como bolsista do Governo francês, pude perceber as reais dimensões do que ocorria no Brasil e na América Latina, particularmente, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Os programas de extermínio. Os movimentos de resistência, entre eles, a guerrilha do Araguaia. Os exilados políticos. A presença ativa e mascarada de agentes do DOPS junto aos universitários brasileiros. O noticiário dando conta de inúmeros fatos, aqui então desconhecidos devido à censura. As torturas. Os desaparecidos, etc. etc. Grande parte ou, talvez, tudo do que foi publicado no livro *Brasil Nunca Mais*, eu lera na livraria Masperô. Aprendera como evitar possíveis complicações políticas.

Por fim, tomo a liberdade de lembrar um autor - acredito que o momento é oportuno - que muito está influenciando meu modo de pensar. Sua obra tornou-se o referencial básico das minhas últimas reflexões filosóficas desenvolvidas, especialmente, na área da educação física. Trata-se do renomado biólogo chileno, Humberto Maturana. Há uma série de razões para justificar esta minha atitude e lembrança, mas aqui vou ater-me a uma. Em seu livro *Emoções e linguagem na educação e na política*, logo nas primeiras páginas ele narra um fato que muito me impressionou. É bom lembrar que este livro foi resultado de palestrar sobre a educação a convite do Centro de Estudos do Desenvolvimento do Chile, dirigidas a um público amplo, em especial aos que acreditam na necessidade e possibilidade de se construírem alternativas políticas e sociais. O tema a ser abordado

foi expresso nestas perguntas: *A educação atual serve ao Chile e à sua juventude? e em caso de resposta afirmativa: Para quê e para quem?*

Maturana começou com o “para quê”. A razão é simples, pois quando eu quero saber para que serve a educação, eu tenho o caminho para saber que educação eu quero. As reflexões sobre a educação estão inseridas num projeto de país. E, curiosamente, ele pergunta: *“Temos um projeto de país? E responde afirmativa: “Talvez nossa grande tragédia atual é que não temos um projeto de país”*. Seguindo seu raciocínio ele lembra duas situações. Uma aquela que ele viveu como estudante, e outra, agora vendo os estudantes a terem que viver.

Acredito ser melhor citar textualmente as palavras de Maturana: *“numa ocasião, logo no início dos meus estudos universitários, reunimo-nos todos os estudantes do primeiro ano para declarar nossas identidades políticas. Quando isso aconteceu, o que me pareceu sugestivo foi que, na diversidade de nossas identidades políticas, havia um propósito comum: devolver ao país o que estávamos recebendo dele”*. Portanto, pelo testemunho de Maturana, as diferenças ideológicas não impediram o ideal comum da *responsabilidade social de devolver ao país o que haviam recebido dele, num compromisso explícito ou implícito de realizar a tarefa fundamental de acabar com a pobreza, com o sofrimento, com as desigualdades e os abusos”*. (p.12)

Mas ele constatou que as preocupações dos estudantes havia mudado. *“Hoje, disse ele, os estudantes se encontram no dilema de escolher entre o que deles se pode, que é preparar-se para competir no mercado profissional”*. Diante disto conclui: *“A diferença que existe entre perguntar-se para devolver ao país o que se recebeu dele, trabalhando para acabar com a pobreza, e preparar-se para competir no mercado de trabalho é enorme”*. Acredito que essas palavras de Maturana são suficientemente claras para nos dar uma idéia da nossa situação.

Infelizmente eu não tenho, nem remotamente, a envergadura intelectual de Maturana para tratar o sugestivo tema que vocês apresentaram para este evento. Por isso tentei inspirar-me neste grande mestre que, embora biólogo de renome internacional, foi capaz de sair da esfera da pura biologia e enfrentar os grandes temas da educação, da ordem social e da vida em todas as suas manifestações, entretanto, o que é sumamente valioso, sempre mantendo os referenciais da biologia. Uma biologia que busca entender o ser vivo, sua organização específica, e não aquela que nos habituou às manipulações laboratoriais.

O nosso tema: ***Ciência, arte e política estudantil***.

2. QUESTÕES ESSENCIAIS

O que garante que uma questão seja essencial? Nem sempre uma questão é aceita como essencial por todos. Nós sempre valorizamos as questões essenciais. Aprendemos, desde os gregos, inicialmente em separar na composição de um objeto, de um fato, de um ser vivo, dois tipos de elementos, os essenciais e os acidentais, e num segundo momento a privilegiar os essenciais em detrimento dos acidentais. Portanto, de um lado, temos a essência ou o substantivo, e doutro lado, temos os predicados ou adjetivos. Essa visão nos levou a dispensar e, até, a desprezar o secundário. Agora, não se trata de, simplesmente, mudar de lugar e privilegiar o outro lado. Tudo é essencial. Foi assim que a corporeidade humana foi desprezada por que a essência do homem era o *Psique* ou o *Logos*, ou a razão ou a alma. Se a corporeidade fosse essencial, as coisas mudariam de feição para o indivíduo e para o social. É o que pretendo mostrar seguindo as indicações das palavras do tema deste encontro.

Temos três palavras provocativas, colocadas juntas, uma ao lado da outra, Ciência, Arte e

Política estudantil.

Antes de entrar no mérito das questões, quero perguntar por curiosidade, porque não entrou a filosofia? Era a faculdade mãe da Universidade. Segundo Kant a única que deveria ser livre, não ter controle do Estado. (O Conflito das Faculdades (1798) em defesa de sua obra A Religião nos limites da Simples Razão diante da atitude de Guilherme III, rei da Prússia, por considerá-lo ofensiva à religião. A faculdade de filosofia só se preocupa com o interesse da ciência e da verdade. Ela orienta-se, não pela autoridade, mas sim pelos ditames da razão, possuindo, por isso mesmo, liberdade completa. (As outras três faculdades devem cuidar do bem-estar dos cidadãos, a de direito, o bem social; a de medicina, o bem da saúde; e a de teologia, o bem eterno).

A filosofia, entretanto, será o meu modo de pensar e articular essas três realidades anunciadas pelo título do tema.

3. POLÍTICA ESTUDANTIL

Vou privilegiar a política estudantil como o cimento que une as três idéias do tema em discussão, isto é, ciência, arte e política estudantil. E, de imediato, formulo a seguinte pergunta: como entender a política estudantil? Para responder foco em primeiro plano o estatuto lingüístico desta expressão. As palavras formam sempre um sistema de significações. Para me fazer entender melhor, cito um código dos sinais de trânsito, que todos conhecem, constitui um sistema de significações fechado. As palavras, embora suas possibilidades significantes sejam mais amplas, articuladas discursivamente formam um corpo significativo. Estamos, aqui, diante de um substantivo e de um adjetivo. Pelas regras da sintaxe, o de maior valor é o substantivo, o adjetivo designa, apenas, um atributo do substantivo. Portanto, a idéia dominante seria expressa pela palavra política.

Vou deter-me um pouco no significado de política. Para não me delongar cito apenas duas definições, não por serem as mais corretas, mas porque correspondem ao tema. A primeira, tirada de um dicionário francês, define a política como "*Arte e prática do governo das sociedades humanas*". (Petit Robert), O dicionário português de Silveira Bueno define a política como "*a ciência do governo dos povos*". (traz também significações pejorativas como súcia, artifício, maneira hábil de agir). Portanto, aqui está presente o binômio *ciência e arte* que será objeto de reflexão mais adiante.

E se, em lugar de dizer que não é o substantivo o elemento mais importante de uma expressão, mas o adjetivo, ou seja, o atributo, qual seria a conseqüência? Neste caso o que deveria orientar o nosso debate é a idéia de estudante ou estudantil. (Apenas como ilustração gramatical, devo reconhecer que o termo estudantil ainda não consta no Dicionário Etimológico Nova Fronteira de 1998 de Antônio Geraldo da Cunha). Deixando de lado este aspecto lingüístico, a mudança do referencial central do termo política para o termo estudantil, exige que se pergunte o que caracteriza uma política estudantil. Brevemente, o termo estudantil seria apenas para dizer que a política, a mesma ciência ou arte comum a todos, é praticada por estudantes? Ou, pelo fato de ser estudantil, teríamos outra política, com conteúdos e finalidades diversos? No primeiro caso, teríamos apenas a diferença de ser o autor da política um estudante. No segundo caso, teríamos temas específicos que dizem respeito aos estudantes, independentemente da identidade dos praticantes.

Esta reflexão lingüística e hermenêutica nos levaria a um longo debate, mas não é isso que pretendo fazer. Fiz essa lembrança porque, no meu entender, não se lhe dá muita atenção, pois parece tudo muito óbvio e claro.

Antes de chegar às idéias de ciência e de arte, gostaria de retomar Maturana. Eu diria que a política estudantil tem dois eixos fundamentais. O primeiro, é o compromisso social que todo o

estudante assume ao alcançar uma formação profissional. Se se trata de retribuição ou não é uma questão discutível diante dois tipos de universidades, as públicas e gratuitas e as particulares pagas. Por isso, prefiro falar em compromisso em lugar de retribuição. O segundo diz respeito ao mercado de trabalho. Não se trata apenas de disputar o mercado, mas de garantir-se uma formação que torne um profissional competente para desempenhar as tarefas que a sociedade exige.

Diante do que acabo de expor, estabeleceria a articulação destes dois eixos na seguinte maneira. Todo profissional egresso da Universidade pode ser uma garantia para que a população, que não domina e tal área do saber e do fazer, encontre um profissional competente e ético, portanto, que a atende em suas necessidades e a protege de possíveis charlatães.

Falta agora, segundo o roteiro de minha reflexão, identificar quais os saberes que podem definir uma política estudantil. Vou seguir o que está proposto no tema, a saber a ciência e a arte.

Inicialmente, duas palavras introdutórias apenas para estabelecer a compreensão de ciência e de arte, aqui adotada, com o objetivo de tornar mais clara a articulação da política estudantil com elas. Como não é possível saber qual o sentido sugerido, penso que se pode partir da idéia de que ciência designa a cientificidade moderna, e a arte poderia ser tomada como o conjunto das atividades que, situadas fora das preocupações com o conhecimento teórico, dedicam-se a expressar o impulso estético do ser humano. Simplificando, *ciência é todo corpo de conhecimentos tendo um objeto determinado e reconhecido, e um método próprio*. E, por sua vez, *arte é um conjunto de regras e processos para a produção de um efeito estético determinado*.

Vou abrir um parêntese para falar da grande riqueza semântica da palavra arte. Arte para os gregos tinha o nome de *tecne*, uma atividade prática, oposta à teoria. No século décimo, arte significava ciência, saber. Depois passou a significar meio, método. Em seguida (1160), definiu-se arte como um conjunto de meios, de procedimentos regrados que tendem a um certo fim. Mais recentemente, a palavra arte engloba todas as criações humanas que tem como objetivo expressar com perfeição valores estéticos nas mais diferentes formas.

Para completar essa compreensão quero abordar rapidamente a relação que, mais freqüentemente, vigora entre ciência e arte.

4. CIÊNCIA E ARTE: DOIS MUNDOS OPOSTOS

É habitual colocar a ciência e a arte em lugares distintos e, por vezes, opostos, em princípio uma negando a outra. Essa oposição pode ser observada, inicialmente, na distinção que fazemos entre o comportamento do cientista e o do artista. O primeiro é visto como um homem sério, frio e calculista; o segundo é apresentado como um homem arrebatado pelo entusiasmo, pelo sentimento, pela fantasia. Do lado da arte está a sensibilidade, a beleza das aparências e das formas; do lado da ciência está a inteligência, a verdade objetiva e segura das abstrações.

Nada garante que esta oposição seja teoricamente verdadeira, ela poderá ser aparente quando ficamos na superficialidade. A oposição acontece, e isto é evidente, por imposição de uma sociedade fundada na ação prática, produtiva, portanto toda verdade só o será se ela se transformar em orientação para o processo de produção. Daí o casamento perfeito entre verdade científica e tecnologia. A arte, como não possui essas características, não oferece subsídios para desenvolvimento industrial.

Mas não é essa oposição a razão desta reflexão, chegou apenas como uma informação auxiliar para a busca dos fundamentos que podem definir uma política estudantil. Para dar seqüência à minha reflexão acredito que poderia formular provisoriamente a questão da seguinte maneira: A política

estudantil deve ser pensada e exercida em nome da ciência ou da arte? Deve-se falar em ciência de governar ou arte de governar? Há alguma diferença entre elas?

5. EM NOME DA CIÊNCIA

Na era moderna todas as atividades humanas buscam legitimidade nas ciências. A verdade deve ser científica. Aliás, segundo Emanuel Carneiro Leão, *“A nossa era é científica em sua essencialização. Vivemos na idade da ciência, porque é a ciência que determina o ser e a verdade do real. Porque a ciência é o meio em que se faz a experiência e se entende o sentido de tudo aquilo que é. O elemento, em que se decide o destino da história humana”*. (Aprendendo a pensar p. 11). Então parece que a única forma de compreender uma política, seja estudantil ou não, deve necessariamente ser legitimada pela cientificidade. Todo processo de legitimação deve passar por ela.

Há, diante desta exigência única, dois caminhos. Um, adotar teorias de outras ciências para se fazer política. Outro, a política tornar-se ela mesma uma ciência. Houve-se falar freqüentemente em cientistas políticos. As próprias pessoas se definem como tais. Portanto, deve haver uma ciência política. A expressão mais ouvida, pelo que me parece, no interior das universidades, é centro, faculdade ou instituto de ciências políticas e sociais. Neste universo, encontramos uma figura que me intriga, são os especialistas vindos do, assim chamado, primeiro mundo que, no nosso caso, são identificados como brasilianistas. Eles nos explicam a nossa realidade política, econômica, etc. E nós acreditamos e os estudamos. Entretanto, não me consta que, no contexto destas ciências, haja um capítulo especial para a política estudantil.

A questão essencial, no meu entender, não é saber se existe uma ciência política e se ela consagra à política estudantil um capítulo espacial, mas é saber se de fato podemos confiar na ciência, nesta ciência da era moderna, como fundamento de pensar uma política estudantil ou qualquer política. Não acredito que pelo fato de um conhecimento ou de uma ação serem científicos, são plenamente confiáveis.

Então vejamos. A política do Estado Moderno assumiu, desde o início, o compromisso de promover o bem-estar de todos os cidadãos. O que vemos depois de mais de dois séculos? Ela cumpriu sua tarefa? A resposta é um estrondoso não. Os fatos mostram dois terços da humanidade marginalizados, condenados a uma cidadania de segunda classe. Uma política que, no dizer de muitos jornalistas, criou o andar de cima e o andar de baixo. Hoje, falar no político, não o indivíduo mas o objeto ou o fato, constatamos que foi superado pelo econômico. Assim, hoje a política é comandada pela economia. E então, se olharmos para os economistas e suas teorias econômicas constatamos uma situação pior ainda. A tão decantada globalização aumentou o cinturão de pobreza e de miséria em torno de um grupo cada vez menor de privilegiados.

A par disto deve-se observar o forte movimento de denúncia contra as ciências que frustraram as esperanças da humanidade em busca de uma qualidade de vida melhor. O homem vê-se diante de uma catástrofe universal comandada, segundo Edgar Morin, por um governo cientotecnocrático.

6. EM NOME DA ARTE

A arte, como a entendemos hoje, não é uma atividade que se preocupa em dar suporte teórico à qualquer tipo de praxis, seja política, seja econômica, seja social ou psicológica. Mas ela oferece excelentes interpretações da pessoa humana, do agir humano, das relações interpessoais, dos valores

do imaginário e da fantasia das classes sociais, das realizações e frustrações dos indivíduos, de uma infinidade de males que afligem o ser humano, dos acertos e desacertos da ordem social, dos gestos heróicos e das injustiças da história humana. Essas interpretações podem ser preciosas informações para se pensar em estratégias políticas. Como o cientista não é um político, assim também o artista não precisa ser político, não está obrigado como se deve resolver o problema da miséria, o trabalho dele é fazer ver a miséria, a injustiça, o crime, o desamor social, a falta de sensibilidade. Por que seria só a ciência quem estabelece o que é bom? Mas como pode ser bom se muitos ficam excluídos nesta proposta?

A arte, certamente, oferece uma grande contribuição para se pensar qualquer ação política, o cultivo da sensibilidade, da emoção, do sentimento, da compreensão de todas as situações, as agradáveis e as desagradáveis. A arte não trabalha circunscrita ao binômio verdade/falsidade, nem mesmo do belo/feio, mas na representação de tudo o que o homem consegue criar com o poder de sua fantasia.

A arte ensina aos homens da ciência, a sensibilidade como a característica mais humana. E proclama que o homem atual precisa recuperar essa capacidade de sentir, de ter sentimentos, se quiser pensar uma ordem social mais justa, objetivo primeiro de qualquer política.

7. UM PONTO DE PARTIDA PARA UMA POLÍTICA ESTUDANTIL

Nem ciência, nem arte, mas ciência e arte, acredito, deveriam inspirar um possível ponto de partida de toda ação humana. Mas qual o caminho para ordenar o ponto de partida. Ou seja, o princípio, no sentido aristotélico, da dinâmica que desencadeia um processo e o conduz até sua plenitude.

Não há uma receita. Lembrando o poeta, Pablo Neruda, e o filósofo, Merleau-Ponty, não há caminho, os caminhos se fazem caminhando. E Guimarães Rosa escreveu que o real não está nem no começo, nem chegada, mas na travessia. Resumindo, a política estudantil não existe, ela se faz. E foi assim, a história confirma. Lembro as múltiplas greves em todo o mundo. Lembro o 68 da França. Lembro o massacre da Praça Celestial de Pequim. Lembro a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro em 68. Lembro os cara pintadas das Diretas Já. Lembro os cara pintadas. Lembro a UNE. Lembro os Diretórios Acadêmicos. Lembro os Grêmios estudantis.

Portanto, a política estudantil é um fato histórico. Mas ela é colocada como um tema a ser debatido, significa que algo de novo, diferente ou melhor deverá ser feito. Certamente há, de um lado, insatisfação, de outro lado, um desejo de maior participação na vida pública do País. A questão seria procurar as fontes que possam inspirar essas mudanças.

8. A REFORMA DE PENSAMENTO

Estou usando uma expressão de Edgar Morin que sintetiza uma das suas grandes preocupações. As últimas obras dele insistem constantemente sobre a necessidade de reformar o pensamento do homem moderno. Uma nova ciência, uma nova era e uma nova ordem social só acontecem, diz ele, pela reforma do pensamento.

Não pretendo dar os detalhes desta reforma de pensamento, mas apenas dizer que ela anuncia que precisamos superar os paradigmas fundantes da ciência moderna. Talvez, seja possível resumir tal reforma de pensamento na passagem da lógica da simplificação para a lógica da

complexidade. Aqui teríamos um tema, não para uma conferência, mas para um curso inteiro.

Para tratar desta questão, penso que seria bom lembrar a preocupação de Husserl manifesta em sua conferência sobre a Crise das Ciências européias, proferida em 1935. Ele foi o primeiro a manifestar sua insatisfação com os rumos que a ciência estava tomando, como bem expressou: *“A maneira exclusiva cuja visão global do mundo que é aquela do homem moderno deixou-se, na segunda metade do século XIX, determinar e cegar pelas ciências positivas e pela prosperidade que se lhe deve, significou que a gente se desviava com indiferença das questões que para uma humanidade autêntica são as questões decisivas.”.. Na fraqueza de nossa vida, - é o que nós ouvimos em toda parte - esta ciência nada tem a nos dizer. As questões que ela excluiu por princípio são precisamente as questões que são as mais ardentes em nossa época infeliz para uma humanidade abandonada às reviravoltas do destino: são as questões que conduzem sobre o sentido ou sobre a ausência do sentido de toda esta existência humana.* (La Crise des Sciences Européennes e la Phénoménologie Transcendentale p.10). Para Husserl a ciência havia perdido o sentido da vida humana. Criada para servir o homem tornara-se uma ameaça para sua integridade. Era urgente o retorno da ciência para o serviço do homem.

A convocação de Husserl não surtiu o efeito esperado, hoje a situação é muito mais grave. Inicialmente, com Husserl, se discutia o afastamento da ciência da condição humana; hoje se discute seu paradigma, a tal ponto que se proclama a necessidade de uma nova ciência, uma ciência pós-moderna.

O movimento da reforma de pensamento de Edgar Morin é apenas uma destas expressões que anuncia a construção de uma nova cientificidade. Para ele uma reforma precisa ser precedida por um questionamento sobre o conhecimento humano. Em seu livro, *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (obra escrita a pedido da UNESCO), Edgar Morin diz com muita convicção: *“É impressionante que a educação que visa a transmitir conhecimentos seja cega quanto ao que é o conhecimento humano, seus dispositivos, enfermidades, dificuldades, tendências ao erro e à ilusão, e não se preocupe em fazer conhecer o que é conhecer.* (p. 10). *“A educação deve mostrar que não há conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão.* (p.19) *“Nossos sistemas de idéias (teorias, doutrinas, ideologias) estão não apenas sujeitos ao erro, mas também protegem erros e ilusões neles inscritos.”*(p.22).

Essas idéias de Morin são corroboradas por um número cada vez maior e mais influente de pensadores de todas as áreas. Vou lembrar alguns. O primeiro é Gregory Bateson, antropólogo e profundo conhecedor de biologia, privilegia uma forma de raciocínio lógico um tanto divergente do raciocínio das ciências empíricas. Estas fundamentam seu raciocínio basicamente no silogismo aristotélico chamado bárbara:

Os homens morrem.

Sócrates é um homem.

Sócrates morrerá.

Encontramos, entretanto, uma outra forma deste silogismo aristotélico que é apresentado da seguinte maneira:

A planta morre.

Os homens morrem.

Os homens são plantas.

Bateson seguia essa segunda forma, por isso recebeu a seguinte crítica: *“quase todo o meu pensamento toma a forma do segundo tipo de seqüência e que isso seria aceitável se eu fosse um poeta, mas se torna impropriedade para ser usado por um biólogo”.* O silogismo da planta *“seria ruim, permite vazamento, não é bom para uso em testes. Não é uma lógica aceitável. E essa é a forma de*

pensar de Gregory Bateson. (Gaia - Uma teoria do conhecimento p. 41-2). Um pequeno esclarecimento, o silogismo “planta” está interessado na equação dos predicados, não de classes e sujeitos de sentenças, mas com a identificação dos predicados.” Portanto, segundo Bateson, seria o mais adequado para se aplicado a todos os fenômenos do universo biológico, com maior razão da existência humana.

O segundo autor é Boaventura de Souza Santos, autor de *Pela Mão de Alice* e de *Crítica da Razão Indolente*, propõe claramente a necessidade de uma nova ciência pós-moderna. Em seu Discurso sobre as Ciências, ele diz: *“A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão um ignorante generalizado. ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas.* (p.55).

Sem dúvida uma das características dos pensadores pós-modernos é a reabilitação de todas as formas de saberes, portanto, o conhecimento científico não é o exclusivo e, muito menos, o melhor.

Por fim, o terceiro autor, talvez, o mais importante, é Humberto Maturana. Um biólogo de renome internacional. Seu trabalho mais famoso é a pesquisa sobre a organização dos seres vivos. Sua teoria do ser vivo como um sistema auto-referido e de sua autoorganização como autopoiese deram-lhe um reconhecimento mundial. Mas não é este o ponto que eu quero desenvolver, e sim sua visão social emanada de suas posições biológicas. Em primeiro lugar ele reabilita a emoção como a dinâmica fundamental do ser humano. Toda ação humana está vinculada à emoção, é ela que nos faz aderir a determinados argumentos. Assim, afirma Maturana, *“Todo sistema racional se constitui no operar com premissas previamente aceitas, a partir de uma certa emoção”*, pois há um *“entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção”*. (Emoções e Linguagem Na Educação e Na Política p.”15-16). A aceitação da racionalidade das ciências modernas deveu-se a um ato emocional.

Essa mesma vida emocional, tão desvalorizada pela cultura racional que vivemos, é também o fundamento da ordem social. Vou ater-me às palavras de Maturana. *“... sustento que não há ação humana, escreve ele, sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato. O social é eminentemente emoção. O modo de vida baseado no estar em interações possui uma emoção fundadora. “Esta emoção é o amor. (...) A emoção fundamental que torna possível a história da hominização é o amor. Sei que o que vou dizer pode chocar, mas insisto, é o amor. Não estou falando em nome do cristianismo”. (...) “Estou falando em nome da biologia.* Aliás, no dizer dele, o amor é uma palavra desvirtuada em nossa cultura. E insiste, sempre em nome do biológico, que o amor é, não só, constitutivo da vida humana, mas *“a emoção que funda o social”*, porque só ele (o amor) faz do *“outro um legítimo outro na convivência”*. (Op. Cit. p22-27).

9. Palavras finais

Para concluir preciso lembrar, talvez, sem sentido para os dias de hoje mas muito presente na minha vida de estudante universitário e docente, a mentalidade existente na educação acadêmica que exige respostas, verdades, certezas e receituários prontos. Acredito que está ao alcance de todos uma vasta literatura, proveniente em larga escala do universo científico, que nos provoca a debater os limites do conhecimento científico. Cito em especial o livro de John Horgan, *O fim da ciência*. E para completar essa discussão sobre a ciência, provavelmente, teremos que nos convencer que o tempo das certezas e das verdades absolutas também chegou ao fim. É o que nos diz Ilya Prigogine em seu livro *O fim das certezas*. Assim, como escreve Bronowski, estamos entrando na esfera das

probabilidades, do acaso e do caos.

Portanto querer um conceito, uma definição ou uma receita de política estudantil, certamente, é o melhor caminho para nunca se fazer política. Uma reflexão profunda sobre essas questões, com certeza, nos levaria a iniciar não a definição de uma política estudantil, mas a fazer política no verdadeiro sentido da palavra. Penso que, da ciência podemos aprender agir em nome de princípios, ainda que relativos, da arte podemos aprender sermos criativos diante das exigências de cada situação. Assim, quem pensar em política precisa convencer-se que precisa ser cientista e artista ao mesmo tempo para ser eficiente e criativo. A criatividade parece ter sido sempre a garantia da eficiência e das boas soluções. Criar significa inventar o novo, é buscar uma solução melhor. E isto leva a recusar a repetição pela repetição em nome da certeza. Pois o artista, segundo Bachelard, antecede o cientista; assim como o brinquedo, no dizer de K. Lorenz, antecede a ferramenta. O artista busca uma nova forma de expressar a beleza, o cientista busca a repetição em função da eficácia. O brinquedo cria mundos das fantasias; a ferramenta cria o mundo do trabalho.

E, finalmente, para saber se a política estudantil, ou qualquer outra, encontrou o caminho correto, seria suficiente verificar se todos os cidadãos do meu País podem cantar esses versos: *“Jo tengo tantos hermanos, que no los puedo contar. Jo tengo una hermana mui hermosa que se llama Libertad”*.

Silvino Santin